

Inteligência Artificial e a Desestabilização do Processo Democrático: Uma Análise sobre o Funcionamento Algorítmico e a Polarização Política

Artificial Intelligence and the Destabilization of the Democratic Process: An Analysis of Algorithmic Functioning and Political Polarization

Inteligencia Artificial y la Desestabilización del Proceso Democrático: Un Análisis del Funcionamiento Algorítmico y la Polarización Política

Grupo temático 10 – Pensamento Social Brasileiro, Reforma Administrativa e Inovação

Daniela Gomes Appolinário, IDP
Lemonnier Benevides Jatobá Filho, IDP

RESUMO

Este artigo analisa os impactos da Inteligência Artificial (IA) sobre o processo democrático contemporâneo, com ênfase no papel da arquitetura algorítmica das plataformas digitais na intensificação da polarização política e da fragmentação social. Parte-se do diagnóstico de uma crise de legitimidade das democracias liberais, marcada pela desconsolidação institucional, pela ascensão de movimentos populistas e pela centralidade da lógica da pós-verdade. A partir de uma pesquisa bibliográfica qualitativa e exploratória, o estudo examina o funcionamento dos algoritmos de recomendação, destacando mecanismos como a hiperpersonalização, a maximização do engajamento emocional e a exploração da indignação moral. Argumenta-se que esses sistemas contribuem para a radicalização política, o fortalecimento de identidades tribais e a erosão das normas democráticas, como a tolerância mútua e a reserva institucional. Por fim, discute-se o caso brasileiro à luz do antipetismo e das dinâmicas de status social, ressaltando a necessidade de regulação algorítmica, transparência e fortalecimento da educação para a cidadania digital como condições para a resiliência democrática.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Democracia; Polarização Política; Algoritmos; Pós-verdade.

ABSTRACT

This article examines the impacts of Artificial Intelligence (AI) on contemporary democratic processes, with particular emphasis on the role of algorithmic architectures of digital platforms in intensifying political polarization and social fragmentation. The analysis departs from the diagnosis of a legitimacy crisis in liberal democracies, characterized by institutional deconsolidation, the rise of populist movements, and the predominance of post-truth dynamics. Based on a qualitative and exploratory bibliographic study, the article investigates the functioning of recommendation algorithms, highlighting mechanisms such as hyper-personalization, emotional engagement maximization, and the exploitation of moral outrage. It argues that these systems contribute to political radicalization, the reinforcement of tribal identities, and the erosion of democratic norms, including mutual tolerance and institutional forbearance. Finally, the Brazilian case is discussed through the lens of anti-PT sentiment and social status dynamics, emphasizing the need for algorithmic regulation, transparency, and the strengthening of digital civic education to enhance democratic resilience.

Keywords: Artificial Intelligence; Democracy; Political Polarization; Algorithms; Post-truth.

RESUMEN

Este artículo analiza los impactos de la Inteligencia Artificial (IA) sobre el proceso democrático contemporáneo, con énfasis en el papel de la arquitectura algorítmica de las plataformas digitales en la intensificación de la polarización política y de la fragmentación social. Parte del diagnóstico de una crisis de legitimidad de las



democracias liberais, caracterizada por la desconsolidación institucional, el ascenso de movimientos populistas y la centralidad de la lógica de la posverdad.

A partir de una investigación bibliográfica cualitativa y exploratoria, el estudio examina el funcionamiento de los algoritmos de recomendación, destacando mecanismos como la hiperpersonalización, la maximización del compromiso emocional y la explotación de la indignación moral. Se sostiene que estos sistemas contribuyen a la radicalización política, al fortalecimiento de identidades tribales y a la erosión de las normas democráticas, como la tolerancia mutua y la contención institucional.

Por último, se analiza el caso brasileño a la luz del antipetismo y de las dinámicas de estatus social, resaltando la necesidad de regulación algorítmica, transparencia y fortalecimiento de la educación para la ciudadanía digital como condiciones para la resiliencia democrática.

Palabras clave: Inteligencia Artificial; Democracia; Polarización Política; Algoritmos; Posverdad.

1. Introdução:

A democracia liberal atravessa um período de “recessão democrática”, o qual se caracteriza pelo processo de desconsolidação nas democracias, caracterizado pela quebra do vínculo subjetivo entre governantes e governados (Castells, 2018; Mounk, 2018). Esse fenômeno manifesta-se no sentimento de que os atores políticos tradicionais deixaram de representar os anseios coletivos, resultando em profunda desconfiança institucional e a ascensão de movimentos populistas (Castells, 2018).

Castells (2018) identifica as chamadas “raízes da ira”, associadas a fatores macrossociais como a globalização desestabilizadora, crises econômicas recorrentes e a percepção generalizada de corrupção sistêmica. Esses elementos estão associados a um terreno fértil para a indignação pública e para o sentimento de negação da representatividade política, sintetizado pelo lema “Não nos representam!”, o que impulsiona a busca por uma “democracia real”. Mounk (2018) acrescenta a esse quadro a ascensão da política de identidade e as rápidas mudanças demográficas, que intensificam tensões sociais e fragmentam a coesão nacional.

Essa crise de legitimidade ocorre paralelamente à consolidação de um ambiente comunicacional dominado pela lógica da pós-verdade, no qual a realidade é mediada por sinais digitais trocados em universo midiático multimodal (Castells, 2018; Fischer, 2023). Fischer (2023) denomina esse processo de “algoritmificação”, no qual a maximização do engajamento se torna o objetivo central das plataformas digitais, frequentemente em detrimento da veracidade factual. Em associação a esse processo, observa-se a fragmentação da esfera pública, a proliferação de fontes de informação e a exposição seletiva a conteúdos que reforçam crenças preexistentes, aprofundando a polarização e a desconfiança social (Berrocal-Gonzalo et al., 2023).

Paralelamente, a ascensão da Inteligência Artificial (IA) introduz capacidades inéditas de predição e modelagem do comportamento humano, consolidando-se como um poderoso instrumento estratégico na disputa pelo poder político (Cupać et al., 2024). A IA reconfigura o ambiente no qual os direitos são exercidos, especialmente no contexto das mídias sociais, que possibilitam uma “autocomunicação de massa” mediada por algoritmos de recomendação que moldam a percepção da realidade de forma opaca (Castells, 2018).

Diante desse cenário, evidencia-se a relevância de compreender os impactos estruturais da IA sobre o processo democrático. O objetivo deste trabalho é analisar de que forma a arquitetura algorítmica atua como catalisadora da polarização política e da fragmentação social, especialmente por meio da priorização do engajamento emocional, da indignação moral e do conflito identitário. Dessa forma, o estudo parte da proposição analítica de que a arquitetura algorítmica reestrutura as dinâmicas de polarização afetiva, operando como amplificador sistêmico de clivagens sociais preexistentes. Trata-se de uma proposição de natureza teórico-interpretativa, cuja sustentação é desenvolvida pela articulação crítica da literatura existente, sem teste empírico direto.

2. Metodologia

O presente estudo constitui uma pesquisa bibliográfica qualitativa de caráter exploratório. A metodologia qualitativa é adotada pela adequação à compreensão de fenômenos complexos em sua totalidade (Neves, 1996). Quanto ao propósito, empregou-se a pesquisa exploratória, visto que foi preciso identificar os aspectos ainda não compreendidos sobre o impacto da IA no campo da gestão política.

O levantamento de dados foi realizado em duas etapas complementares. Primeiramente, conduziu-se uma busca bibliográfica nas bases de dados Scopus e *Web of Science* (WoS), utilizando como descritores os termos: *Artificial Intelligence, Technology, Democracy, Political Polarization*, aplicados de forma combinada ou isolada conforme os recursos de cada plataforma, restrita a artigos e revisões, sem limitação temporal, em razão do caráter contemporâneo do tema. Na segunda etapa, realizaram-se buscas exploratórias em outras plataformas acadêmicas, como o Google Scholar e repositórios institucionais, com o objetivo de integrar obras seminais da sociologia, ciência política e psicologia social. A seleção do material foi orientada pela relevância teórica e pela contribuição ao escopo do estudo, seguindo critérios de pertinência temática.

3. O Funcionamento da Inteligência Artificial nas Redes Sociais

A definição da Inteligência Artificial é complexa devido à sua natureza diversificada no campo da Ciência da Computação (Strohmeier & Piazza, 2015). Em essência, a IA refere-se a sistemas focados em simular a inteligência humana por meio do uso de computadores, de forma que pode ser considerada um projeto que utiliza, absorve e analisa o conhecimento, estuda seus métodos de expressão e emprega-os para simular atividades intelectuais humanas (Zhang & Lu, 2021).

A arquitetura fundamental de muitos processos atuais baseia-se em algoritmos de machine learning. Essa técnica permite processar o comportamento de variáveis de entrada, aprender com padrões e realizar análises preditivas que replicam a tomada de decisão humana (Köchling & Wehner, 2020). Uma evolução crítica desse processo é a deep learning (aprendizado profundo), que utiliza múltiplas camadas de redes neurais para assimilar massas de dados e aprender de forma autônoma, reduzindo a necessidade de intervenção humana direta em contextos de elevada complexidade informacional (Rodgers et al., 2023).

O Processamento de Linguagem Natural (PLN) constitui uma subárea da IA amplamente utilizada no desenvolvimento de ferramentas de interação, como chatbots. Recentemente, os modelos de IA Generativa, baseados em Modelos de Linguagem de Grande Escala (LLMs) como o ChatGPT, empregam redes neurais profundas para produzir conteúdos, recomendações e respostas cada vez mais refinadas, adaptando-se automaticamente a diferentes contextos (Majumder & Mondal, 2021).

Essas tecnologias, quando incorporadas às plataformas digitais de comunicação e interação social, produzem efeitos que extrapolam o domínio técnico, afetando diretamente os fluxos informacionais, as dinâmicas de formação de opinião, e, consequentemente, os processos políticos e democráticos.

O funcionamento da IA nas redes sociais é complexo e baseado em diversos mecanismos interdependentes. Sob o princípio da hiperpersonalização automatizada, os sistemas podem tomar decisões individualizadas, fazer predições e recomendações baseadas em dados únicos de cada usuário. A lógica dominante é regida pelo “tempo assistido”, de modo que o sucesso de um algoritmo é medido pela sua capacidade de manter os usuários conectados pelo maior tempo possível. Nesse contexto, a IA é projetada como um “cassino digital”, cuja função central é maximizar o consumo de tempo e atenção por meio do “reforço intermitente de intervalo variável”, mecanismo que concede recompensas sociais imprevisíveis e cria vínculos compulsivos com as plataformas (Fischer, 2023).

O núcleo dessa dinâmica é a exploração de vulnerabilidades psicológicas humanas. Os sistemas de aprendizado profundo exploram o “ciclo de retroalimentação da validação social”, no qual curtidas, comentários e notificações têm sido associados a picos de dopamina, ativando regiões cerebrais associadas ao vício (Fischer, 2023). Além disso, os algoritmos priorizam conteúdos capazes de gerar “indignação moral”, uma vez que termos moral-emotivos aumentam a difusão de conteúdos.

Os algoritmos de recomendação também aprendem que conteúdos sensacionalistas, provocativos ou extremados tendem a obter maior visibilidade, pois geram mais interações, ainda que o usuário manifeste rejeição explícita ao material exibido. O risco decorrente desse processo é o que se denomina “radicalização pela ferramenta de recomendação”, por meio da qual o sistema tende a conduzir usuários de conteúdos moderados para extremismos em poucos cliques. Essa radicalização é facilitada pela criação de “bolhas de filtro” e “tocas de coelho” digitais, ambientes nos quais os usuários passam a ser expostos progressivamente a conteúdos cada vez mais homogêneos e extremos, o que reforça suas visões preexistentes e dificulta o contato com perspectivas diferentes (Fischer, 2023).

Esse funcionamento algorítmico encontra e amplifica divisões sociais preexistentes. Egler et al. (2025), analisaram as redes tecnopolíticas formadas na plataforma Twitter, atualmente chamada de X, durante o período eleitoral brasileiro de 2022 e demonstraram empiricamente como os algoritmos organizam atores em campos polarizados, conservadores e progressistas, estruturando bolhas identitárias que conferem coesão interna aos



grupos enquanto aprofundam a hostilidade entre eles. A partir da utilização dos programas Netlytic e Gephi para mapear fluxos de interação entre influenciadores e seguidores, os autores concluíram que tais conflitos são estruturados e amplificados por corporações de tecnologia orientadas à acumulação econômica (Egler et al., 2025).

Esse processo possui raízes históricas que antecedem o período analisado. Machado e Miskolci (2019) demonstram que, desde os grandes protestos populares de 2013 no Brasil, a concentração do uso da internet em poucas plataformas reduziu disputas coletivas a conflitos políticos pautados por valores morais e individuais. Esse cenário favoreceu a ascensão de empreendedores morais que mobilizam o eleitorado por meio de pânico morais e retórica anti-institucional, fragmentando o tecido social e inviabilizando a construção de projetos coletivos de coesão nacional.

4. Impactos no Processo Político Democrático e a Polarização

4.1 “Máquina do Caos”, Indignação Moral e Infocracia

As redes sociais atuam como uma “máquina de indignação”, na qual conteúdos marcados por raiva, hostilidade e confronto tendem a se tornar dominantes devido às métricas de engajamento. A indignação moral, entendida como um instinto social voltado à reafirmação de normas de grupo e à punição simbólica de desvio, é instrumentalizada pelos algoritmos como um mecanismo eficiente para manter os usuários continuamente conectados (Fischer, 2023).

Adicionalmente, os algoritmos exploram a chamada “política do medo”, amplificando ansiedades relacionadas a ameaças globais, como o terrorismo, imigração ou crises econômicas o que tende a intensificar respostas emocionais e contribuir para o aumento da polarização (Castells, 2018). Esse funcionamento cria uma espécie de “casa de espelhos” digital, na qual comportamentos extremados parecem mais comum do que realmente são, distorcendo a percepção pública das normas sociais.

Nesse ambiente, a retórica online tende a ser dominada por “super-posters”, indivíduos caracterizados por elevado dogmatismo e traços narcisistas, que, impulsionados pela lógica algorítmica, contribuem de forma desproporcional para a disseminação de narrativas polarizadas e para a erosão das normas democráticas. A normalização do ódio pode ainda ocorrer por meio da ironia, do humor e da banalização de discursos extremistas (Fischer, 2023), contribuindo para processos de desindividuação e para o fortalecimento de identidades tribais que impedem o debate racional (Marino et al., 2024).

Essa dinâmica é aprofundada pela análise filosófica de Han (2022). O autor defende que, diferentemente das formas anteriores de controle que operavam pela coerção física ou vigilância explícita, atualmente vigora o “regime de informação”, ou infocracia. Trata-se de um novo modo de dominação política que não opera pela repressão, mas pela transparência gerada pelos próprios dados produzidos pelos usuários, paradoxalmente, a partir de um sentimento distorcido de liberdade (Han, 2022, pp. 6-11). Nessa lógica, o poder se exerce sobre a atenção e sobre os fluxos informacionais que os algoritmos de recomendação capturam, modelam e exploram. Em substituição à vigilância panóptica descrita por Foucault, o que opera nesse caso é o perfilamento, descrito por Han como um processo pelo qual o usuário é identificado e direcionado a partir de rastros digitais que ele mesmo fornece, sem coerção aparente. Sua eficácia reside precisamente em sua invisibilidade, pois se apresenta como personalização e conveniência enquanto oculta sua dimensão de controle. Esse ambiente alimenta o que Han (2022, p. 53) denomina “novo niilismo”, condição em que a indiferença à verdade factual se torna estrutural, dissolvendo a base comum necessária ao debate democrático e tornando os cidadãos progressivamente impermeáveis à deliberação racional.

4.2 Ordenação Partidária e Polarização Afetiva

A polarização política contemporânea é frequentemente descrita como um processo de ordenação partidária, no qual identidades sociais, religiosas e geográficas passam a se alinhar de forma cada vez mais rígida à filiação partidária (Törnberg, 2022). Mason (2015) conceitua a identidade partidária como uma “mega-identidade”, capaz de subsumir as outras identidades sociais, como raça, religião e ideologia, intensificando o favoritismo intragrupo e a aversão extragrupo.

A IA tende a intensificar essa dinâmica a partir da conexão de indivíduos fora de suas “bolhas” locais para expô-los a conflitos de alcance nacionais, eliminando o efeito moderador das identidades cruzadas (Mason, 2015; Törnberg, 2022). As interações políticas mediadas por plataformas digitais tendem, assim, a ocorrer de forma mais hostil, o que aprofunda a desconfiança entre grupos rivais e contribui diretamente para a erosão de normas democráticas, pois os adversários políticos passam a ser percebidos como ameaças existenciais, legitimando a subversão das regras democráticas e o uso desmedido do poder (Berrocal-Gonzalo et al., 2023; Törnberg, 2022; Levitsky & Ziblatt, 2018; Mason, 2015).

Mounk (2018) ressalta que os movimentos populistas exploram essas ansiedades e frustrações, por meio de uma retórica simplista de “Nós contra Eles”, deslegitimando adversários e instituições democráticas. Ao invés de promover o entendimento, o contato digital com visões divergentes tende a intensificar o ódio e a desconfiança (Fischer, 2023). Törnberg (2022) enfatiza que esse alinhamento ultrapassa divergências tradicionais, estendendo-se a uma intensa aversão emocional aos membros do partido oposto, fenômeno conhecido como polarização afetiva. Os algoritmos das mídias digitais podem acelerar esse processo, pois tendem a facilitar a formação de grupos homogêneos e a exposição seletiva a informações que confirmam visões preexistentes.

A relação entre o uso de plataformas digitais e polarização afetiva, não obstante, é mais complexa do que essa causalidade direta sugere, suscitando controvérsia na literatura empírica. Boxell, Gentzkow e Shapiro (2017), combinando oito medidas de polarização com dados do American National Election Studies e do Pew Research Center, verificaram que o crescimento da polarização entre 1996 e 2016 foi proporcionalmente maior entre os grupos demográficos com menor uso de internet e mídias sociais, especialmente entre indivíduos com 65 anos ou mais, cujo índice de polarização cresceu o dobro em relação ao grupo de 18 a 39 anos. Os autores estimam que o crescimento do uso da internet explica uma parcela reduzida da tendência recente de polarização, sugerindo que os algoritmos operam como amplificadores de clivagens sociais preexistentes, e não como causa originária do fenômeno. Essa distinção é relevante para a compreensão de que os algoritmos não criam a polarização, mas a intensificam a partir de fraturas sociais preexistentes.

4.3 Polarização, Ressentimentos e Retrocesso Democrático: O Caso Brasileiro em Perspectiva Global

No Brasil, a polarização estruturou-se em torno do apoio ou oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), fenômeno conhecido como antipetismo (Samuels et al., 2024). Essa polarização, segundo Samuels, Mello e Zucco (2024), é impulsionada por percepções de ganho e perda de status social. Políticas de inclusão e redistribuição do PT beneficiaram grupos de menor renda, o que gerou, em algumas camadas da classe média e alta, a sensação de perda de prestígio e posição social.

Conforme descreve Souza (2024), a partir de pesquisa etnográfica realizada com trabalhadores de baixa renda no Brasil, a adesão de estratos economicamente vulneráveis a agendas conservadoras é mediada pela centralidade do reconhecimento simbólico e das hierarquias morais brasileiras. Segundo o autor, para o homem branco pobre do sexo masculino, o ideário meritocrático atua como mecanismo de preservação de uma distinção relativa na estrutura racial. Já para o homem negro pobre do sexo masculino, a internalização de códigos morais dominantes configura uma estratégia de busca por dignidade e integração simbólica em face da exclusão estrutural. Assim, o fenômeno transcende o alinhamento econômico, transmutando conflitos de classe em disputas por capital simbólico e honra (Souza, 2024).

Experiências de mobilidade social interrompida ou de “esperanças frustradas” funcionaram como gatilhos para sentimentos antissistêmicos. Junge et al. (2023) demonstram que indivíduos que experimentaram mobilidade ascendente durante os governos do PT, mas posteriormente enfrentaram estagnação ou declínio, apresentam maior propensão ao antipetismo. Essa condição de “mobilidade estagnada” opera como um preditor do ressentimento político, amplificados por algoritmos em redes sociais e aplicativos de mensagens, como o WhatsApp (Fischer, 2023; Junge et al., 2023).

Esse ressentimento político difuso, quando mobilizado por lideranças que o canalizam contra o sistema, cria as condições para o retrocesso democrático moderno, que raramente ocorre por golpes violentos, mas por meios “legais” conduzidos por governos eleitos que mantêm um verniz democrático enquanto corroem sua substância utilizando-se de um “jogo duro constitucional” (Levitsky & Ziblatt, 2018). Levitsky e Ziblatt (2018) identificam quatro indicadores-chave de comportamento autoritário: a rejeição das regras do jogo democrático, a negação da legitimidade dos oponentes, a tolerância ou encorajamento da violência, e a disposição para restringir as liberdades civis da oposição e da mídia.

No contexto de erosão democrática, a IA pode potencializar esses padrões de comportamento autoritário, pois habilita o monitoramento em tempo real e a imposição de censura algorítmica sutil (Levitsky & Ziblatt, 2018). Ademais, estabelece novas arenas de competição internacional entre Estados democráticos e autoritários, o que remodela as dinâmicas geopolíticas e os desafios à governança global (Cupac et al., 2024).

5. Discussão

Os achados reunidos neste estudo permitem compreender, de forma integrada, de que maneira a arquitetura algorítmica das plataformas digitais opera como catalisadora da polarização política e da fragmentação social. Esse fenômeno não decorre de uma falha acidental dos sistemas de recomendação, mas de uma lógica intencional de design orientada à maximização do engajamento, que instrumentaliza mecanismos psicológicos e sociais para fins comerciais, produzindo como efeito colateral e estrutural a degradação do tecido democrático.

A hiperpersonalização algorítmica constrói ambientes informacionais progressivamente homogêneos, restringindo o acesso dos usuários a perspectivas divergentes e reforçando ativamente visões de mundo preexistentes. O resultado é a formação de identidades políticas rígidas e impermeáveis ao dissenso, fenômeno que converge com o partisan sorting descrito por Törnberg (2022) e Mason (2015), segundo o qual a filiação partidária passa a funcionar como uma "mega-identidade" capaz de reorganizar toda a estrutura de percepção social do indivíduo. A contribuição específica da IA nesse processo reside na sua capacidade de escalar e acelerar essa dinâmica para dimensões que transcendem qualquer mecanismo de polarização pré-digital.

A priorização do engajamento emocional, especialmente pela amplificação da indignação moral, revela-se o mecanismo central pelo qual os algoritmos de recomendação incidem sobre o processo político. Conteúdos marcados por termos moral-emotivos obtêm sistematicamente maior difusão, criando um ambiente em que o conflito e a hostilidade são recompensados algorítmicamente, enquanto a deliberação racional é estruturalmente desfavorecida. Essa constatação aprofunda a compreensão sobre a crise das democracias liberais, pois indica que o problema não reside somente na circulação de conteúdos falsos ou enganosos, mas na própria estrutura dos sistemas de informação que organizam o debate público contemporâneo.

No plano das normas democráticas, os achados corroboram a tese de Levitsky e Ziblatt (2018) de que a tolerância mútua e a reserva institucional constituem as principais vítimas da polarização afetiva intensificada pela IA. A percepção de adversários políticos como ameaças existenciais, construída e naturalizada pela arquitetura algorítmica, enfraquece os limites que historicamente contiveram o abuso de poder. O retrocesso democrático contemporâneo, portanto, não se pauta por rupturas abruptas. Ele se processa de forma gradual, alimentado por um ambiente informacional que legitima a hostilidade e deslegitima o compromisso com as regras do jogo democrático.

O caso brasileiro acrescenta uma dimensão analítica relevante a esse quadro. A polarização estruturada em torno do antipetismo não se explica por clivagens ideológicas ou econômicas isoladas, mas por disputas de reconhecimento simbólico e status social, conforme argumentam Samuels, Mello e Zucco (2024) e Souza (2024). Essa especificidade indica que os algoritmos operam sobre sociedades atravessadas por hierarquias históricas, ressentimentos acumulados e expectativas de mobilidade frustradas. Esse processo foi impulsionado desde os protestos populares de 2013, quando as plataformas digitais passaram a fomentar valores morais e individuais, favorecendo a ascensão de lideranças anti-institucionais. A IA, nesse contexto, tende a encontrar fraturas sociais preexistentes e a amplificá-las em uma escala sem precedentes históricos.

Esses achados, tomados em conjunto, permitem avançar uma implicação de ordem mais ampla. A crise democrática contemporânea compromete simultaneamente os mecanismos de representação política e os pressupostos que sustentam a capacidade administrativa do Estado. A cidadania progressivamente fragmentada em identidades impermeáveis ao dissenso e desconfiante das instituições tende a reduzir a legitimidade das políticas públicas, dificultar a formação de consensos necessários à governança e ampliar a distância entre decisão técnica e aceitação social. Nesse sentido, o problema algorítmico configura um desafio estrutural para a Administração Pública, que depende de coesão social e confiança institucional para operar com efetividade.

Em síntese, os resultados desta investigação apontam para uma conclusão de ordem estrutural: a crise democrática contemporânea é parcialmente mediada pela tecnologia, porém não é por ela determinada. A arquitetura algorítmica funciona como um amplificador de tendências políticas e sociais latentes, tornando mais urgente a regulação que incida sobre os modelos de negócios e os critérios de otimização que definem o funcionamento dos sistemas de recomendação. A ausência dessa regulação mantém as democracias expostas a

uma infraestrutura informacional estruturalmente incompatível com os pressupostos da deliberação pública racional.

6. Considerações Finais

A Inteligência Artificial tornou-se uma engrenagem central na reconfiguração das dinâmicas de poder contemporâneas e na fragilização das democracias liberais. O funcionamento dos algoritmos, orientado por modelos de negócio baseados na maximização do engajamento emocional, prioriza a indignação e o conflito identitário em detrimento da deliberação racional. Esse impacto sistêmico se expressa de forma consistente na literatura como erosão das normas democráticas, na fragmentação da coesão social e na facilitação do retrocesso democrático conduzidos “por dentro” das instituições.

Demonstra-se que o problema não reside exclusivamente na disseminação de discursos extremistas, mas na própria estrutura dos sistemas de informação que moldam o debate público e favorecem a dissolução da verdade factual compartilhada. Essa vulnerabilidade é amplificada por fragilidades intrínsecas ao sistema social e político, criando um ciclo no qual a IA explora e amplifica tensões preexistentes.

A preservação das instituições exige uma abordagem multidimensional que inclua regulação robusta, supervisão pública dos algoritmos, transparência nos modelos de recomendação e fortalecimento da educação para a cidadania digital. É igualmente relevante que a regulação das plataformas digitais avance para além do conteúdo, alcançando o modelo de negócios subjacente que privilegia o lucro e o engajamento acima do bem-estar social. A concentração de poder em grandes corporações tecnológicas e o alcance sistêmico da IA impõe desafios inéditos à governança democrática global e nacional.

No contexto brasileiro, a polarização impulsionada por percepções de ganho e de perda de status social acrescenta uma camada adicional de complexidade. A compreensão da “mobilidade estagnada” como um gatilho para sentimentos antissistêmicos revela a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão social, reduzam o ressentimento e fortaleçam a resiliência democrática. Assim, enfrentar os impactos da IA sobre a democracia é um imperativo político, institucional e cultural, não um mero desafio tecnológico.

Esse estudo, portanto, contribui para a integrar sob uma mesma ótica os temas crise democrática, polarização afetiva e estrutura algorítmica, geralmente tratados de forma segmentada. A articulação entre eles permite sustentar que a IA opera como amplificador de clivagens sociais preexistentes, conferindo escala e velocidade às dinâmicas que anteriormente se desenvolviam de forma mais difusa. A articulação entre a dimensão psicossocial da indignação moral e a lógica econômica que sustenta os modelos de negócio das plataformas digitais revela que a erosão democrática contemporânea depende, em larga escala, da infraestrutura informacional que estrutura o debate público.

Não obstante, o estudo apresenta limitações. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, sem análise empírica dos dados de plataformas digitais ou mensuração quantitativa dos efeitos atribuídos à estrutura algorítmica. Além disso, apesar de a seleção das obras ser orientada por critérios de relevância acadêmica, o recorte teórico adotado não esgota a pluralidade de abordagens existentes sobre o tema, podendo privilegiar determinadas interpretações, em detrimento de outras.

Como desdobramento, futuras investigações podem avançar por meio de estudos empíricos capazes de examinar a relação entre exposição algorítmica e polarização afetiva com base em evidências quantitativas, experimentos ou comparadas. Também podem ser avaliadas alternativas institucionais e tecnológicas voltadas à redução na amplificação do conflito identitário sem comprometer garantias democráticas fundamentais.

7. Referências

Berrocal-Gonzalo, S., Waisbord, S., & Gómez-García, S. (2023). Polarización política y medios de comunicación, su impacto en la democracia y en la sociedad. *Profesional de la Información*, 32(6), e320622.

Boxell, L., Gentzkow, M., & Shapiro, J. M. (2017). Greater Internet use is not associated with faster growth in political polarization among US demographic groups. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 114(40), 10612–10617. <https://doi.org/10.1073/pnas.1706588114>

Castells, M. (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal* (J. A. Melo, Trad.). Zahar.

Cupać, J., Schopmans, H., & Tuncer-Ebetürk, İ. (2024). Democratization in the age of artificial intelligence: introduction to the special issue. *Democratization*, 31(5), 899–921.

Egler, T. T. C., Pereira, T. C., Salmenton, J. M., & Cohen, T. D. M. (2025). Technopower on Twitter platform. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 49. <https://doi.org/10.15847/cct.38473>

Fischer, M. (2023). *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo* (É. Assis, Trad.). Todavia.

Han, B.-C. (2022). *Infocracia: digitalização e a crise da democracia* [Kindle]. Vozes.

Junge, B., Mitchell, S. T., Klein, C. H., & Spearly, M. (2023). Mobility interrupted: A new framework for understanding anti-left sentiment among Brazil's "once-rising poor." *Latin American Politics and Society*, 65(2), 1–30. <https://doi.org/10.1017/lap.2022.46>

Köchling, A., & Wehner, M. C. (2020). Discriminated by an algorithm: a systematic review of discrimination and fairness by algorithmic decision-making in the context of HR recruitment and HR development. *Business Research*, 13(3), 795–848. <https://doi.org/10.1007/s40685-020-00134-w>

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem* (R. Aguiar, Trad.). Zahar.

Machado, J., & Miskolci, R. (2019). Das Jornadas de Junho à Cruzada Moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, 9(3), 945–970. <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>

Majumder, S., & Mondal, A. (2021). Are chatbots really useful for human resource management? *International Journal of Speech Technology*, 24(4), 969–977. <https://doi.org/10.1007/s10772-021-09834-y>

Marino, E. B., Benitez-Baleato, J. M., & Ribeiro, A. S. (2024). The polarization loop: how emotions drive propagation of disinformation in online media — the case of conspiracy theories and extreme right movements in Southern Europe. *Social Sciences*, 13(11), 603.

Mason, L. (2015). "I disrespectfully agree": the differential effects of partisan sorting on social and issue polarization. *American Journal of Political Science*, 59(1), 128–145.

Mounk, Y. (2018). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la* (C. A. Leite & D. Landsberg, Trans.). Companhia das Letras.

Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1(3), 1–5. https://www.academia.edu/download/54648986/PESQUISA_QUALITATIVA_CARACTERISTICAS_USO.pdf

Rodgers, W., Murray, J. M., Stefanidis, A., Degbey, W. Y., & Tarba, S. Y. (2023). An artificial intelligence algorithmic approach to ethical decision-making in human resource management processes. *Human Resource Management Review*, 33(1). <https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2022.100925>



ARTIGO

Samuels, D. J., Mello, F., & Zucco, C. (2024, February 15). *Polarization and perceptions of status gain and loss: The case of Brazil*. SSRN. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4727821>

Souza, J. (2024). *O pobre de direita: A vingança dos bastardos* (4. ed.). Civilização Brasileira.

Strohmeier, S., & Piazza, F. (2015). Artificial intelligence techniques in human resource management: a conceptual exploration. *Intelligent Techniques in Engineering Management*, 87, 149–172. https://doi.org/10.1007/978-3-319-17906-3_7

Törnberg, P. (2022). How digital media drive affective polarization through partisan sorting. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 119(42), e2207159119.

Zhang, C., & Lu, Y. (2021). Study on artificial intelligence: The state of the art and future prospects. *Journal of Industrial Information Integration*, 23, 100224. <https://doi.org/10.1016/j.jii.2021.100224>